

## **Apresentação e interpretações do atual cenário internacional e brasileiro da produção de tabaco**

Nome completo dos autores

Leonardo Xavier da Silva

Qualificação: doutor em Economia (PPGE/UFRGS; 2002)

e-mail: leonardo.xavier@ufrgs.br

Helena Kapczinski Tzovenos

Qualificação: graduanda de Ciências Econômicas (FCE/UFRGS)

e-mail: helenatzovenos@gmail.com

Endereço: Avenida João Pessoa, 31 - IEPE/UFRGS - Porto Alegre

CEP: 90040-000

Área temática: d. Estudos setoriais, cadeias produtivas, sistemas locais de produção

# **Apresentação e interpretações do atual cenário internacional e brasileiro da produção de tabaco**

**RESUMO:** O presente artigo se propõe a abordar a situação econômica da produção do tabaco, com especial atenção ao Brasil, tendo em vista as mudanças de mercado e institucionais. O foco é discutir a situação da fumicultura brasileira e as perspectivas relativas à demanda e oferta do produto no âmbito internacional e das políticas relativas à Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT). Para isso, faz-se uso de fontes secundárias para uma revisão bibliográfica e de bases estatísticas, como disponibilizadas por FAOSTAT. Como resultados, tem-se um acirramento da concorrência mundial, ainda que em 2011 os resultados para o Brasil tenham sido melhores do que os previstos. Há políticas para a diversificação em áreas de produção de tabaco, notadamente no sul do Brasil. Contudo, os resultados mais expressivos poderão ser observados no longo prazo.

**Palavras-chave:** produção brasileira de tabaco, mercado internacional, convenção-quadro para o controle do tabaco.

**ABSTRACT:** This article aims to address the economic situation of tobacco production, with special attention to Brazil, in view of the market and institutional changes. The focus is to discuss the situation of Brazilian tobacco growing and the outlook for demand and supply of the product in the international and policies relating to the Framework Convention on Tobacco Control (FCTC). For this, it is made of secondary sources for a literature review and statistical basis, as provided by FAOSTAT. As a result, there has been an intensification of global competition, although in 2011 the results for Brazil were better than expected. There are policies for diversification in areas of tobacco production, notably in southern Brazil. However, the most dramatic results can be observed in the long run.

**Keywords:** Brazil's tobacco production, market international, framework convention for tobacco control.

## **1. Introdução**

Há muitos anos os produtos de tabaco participam significativamente da pauta exportadora brasileira. Esses resultados provêm de investimentos no setor desde a década de sessenta do século passado, mais intensamente. Hoje, a fumicultura brasileira é líder mundial de exportação tendo exportado em 2010 mais de 500 mil toneladas do produto<sup>1</sup>, o que gerou uma receita de quase três bilhões de dólares. O faturamento do setor no país foi de quase 17 bilhões de reais, e pagou ao Governo Federal cerca de 9,3 bilhões de reais em tributos (MDIC, 2012; SINDITABACO, 2010).

---

<sup>1</sup> Somados tabaco em folha, cigarros/cigarrilhas/charutos, e talos.

Adaptativamente, seria esperada a continuação da crescente que a fumicultura brasileira vem construindo com o passar dos anos, e mais intensamente ainda nas últimas décadas. No entanto, há mudanças institucionais, conjunturais e econômicas que podem expressar uma inversão de tendência. Iniciativas com base nas recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), expressas no acordo internacional chamado "Convenção-Quadro para Controle do Tabaco" (CQCT) assinado pelo Brasil, em 2005, e ratificado internacionalmente. A CQCT consiste em um conjunto de estratégias direcionadas à redução da oferta, da demanda e dos danos causados pelo tabaco, objetivando o incremento da saúde da população, eliminando ou reduzindo o consumo e a exposição à fumaça de produtos de tabaco. Entre medidas de restrição e advertência publicitárias, regulamentação de suas informações, educação e conscientização da população, há também uma significativa carga tributária aplicada aos produtos de tabaco. O tabaco, por ser cultivado em minifúndios, compõe a maior parte da renda de milhares de famílias no sul do Brasil e no nordeste. Uma redução na sua oferta implica na substituição de culturas por parte das famílias agricultoras. É uma questão delicada que será examinada adiante. Além dessas questões relativas a uma mudança institucional, há outros fatores de importância na análise do futuro do cultivo de tabaco. São eles de cunho conjuntural e econômico, como a questão da "guerra cambial", que prejudica não só os produtos de tabaco, mas todas as exportações brasileiras e as barreiras protecionistas dos principais mercados compradores.

Apesar dos positivos resultados na balança comercial, o cultivo do tabaco vem sendo ameaçado por esses e outros fatores e por isso o presente artigo tem como objetivo organizar e apresentar argumentos que contribuam para a interpretação do atual cenário internacional e brasileiro que, possivelmente, virá a influenciar o cultivo de tabaco no sul do Brasil. E, a partir desta análise, inferir sobre uma possível inversão de tendência no cultivo, com queda da oferta e da demanda pelos produtos de tabaco.

Para que esse objetivo seja alcançado, o texto recorre prioritariamente a fontes secundárias que permitam captar informações sobre o objeto estudado. Sobre as fontes de dados, a principal referência é Food and Agriculture Organization (FAO), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) que disponibiliza estatísticas através de seu sítio FAOSTAT. Esta referência foi usada particularmente para se ter números acerca de produção e de exportações. Tal base de estimativas foi complementada com dados divulgados pela Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA), prioritariamente em seu sítio, Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (SINDITABACO) e Ministério do Desenvolvimento,

Indústria e Comércio do Brasil (MDIC). Demais informações e apontamentos foram obtidos por meio de revisão bibliográfica e consulta a documentos de organizações como Instituto Nacional do Câncer (INCA), Organização Mundial da Saúde (OMS), Banco Mundial e Departamento de Estudos Sócio-Econômico Rurais (DESER).

O artigo está estruturado da seguinte forma, a partir desta introdução. Na próxima seção é feita uma breve análise da trajetória da expansão do cultivo do tabaco brasileiro no mercado internacional, no século passado. Na seção seguinte são apresentados dados mais recentes, mostrando a evolução do cultivo mundial na última década bem como as perspectivas para a indústria. Será dada ênfase para os dados referentes ao Brasil, e em especial, à produção sul brasileira, que é responsável por cerca de 90% da produção de tabaco no país. A quarta seção faz referência aos temas que ameaçam o incremento da produção de tabaco, o que inclui a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco e também questões econômicas conjunturais, como a questão cambial. A quinta seção apresenta análises de especialistas sobre o tema e a final seção conclui o artigo, baseada em todo material apresentado.

## 2. Processo recente de expansão do tabaco brasileiro e o caminho à liderança no mercado internacional

Citando o historiador Eric Hobsbawm (1996, “A Era dos Extremos”, p.15), “não sabemos ao certo o que virá a seguir, nem como será o próximo milênio, embora tenhamos certeza que ele será moldado pelos eventos do século XX”. Como em tantos outros campos do conhecimento, a colocação pode ser aplicada ao presente artigo. Não há como imaginar possível sequência para os rumos da fumicultura sem olhar para os marcantes fatos que compuseram sua evolução ao longo da história recente.

O século passado foi de desenvolvimento para a cultura brasileira do tabaco, içada majoritariamente pelas empresas de capital multinacional, que propiciaram um incremento da eficiência do cultivo, criando economias de escala e de custos de transação. A qualidade do produto aumentou, bem como sua diferenciação frente ao mercado internacional.

Mais intensamente, a partir da década de sessenta, empresas fumageiras de capital multinacional passaram a enxergar o Brasil como um local atraente para aportarem seus investimentos relacionados ao cultivo do tabaco. Afastado de crises, como no caso da independência do Zimbábue, conforme Silva (2002), o país oferecia um ambiente

institucional favorável, e a partir da estrutura que aqui se desenvolveria - o pioneiro Sistema Integrado de Cultivo, presentemente chamado de Sistema Integrado de Produção do Tabaco (SIPT<sup>2</sup>) – essas empresas teriam economias de escala e redução de incertezas, certamente que o país buscaria uma boa reputação para seu produto no mercado internacional. Com a entrada do capital multinacional, bem como com fusões entre empresas do ramo, surgiu no sul brasileiro o maior complexo fumageiro mundial.

Nos anos setenta, o Brasil começou a obter os resultados da entrada de capital da década anterior. Passou a ser o segundo maior exportador de tabaco em folha, atrás apenas dos Estados Unidos, tradicional líder do mercado. Graças ao aumento da produção interna, as exportações cresceram quase 67,4% e a participação do país no mercado mundial subiu de 5,69 para 8,47%. Na década de oitenta, o Brasil seguiu sua trajetória ascendente de produção, enquanto os Estados Unidos adotaram uma política de diminuição de estoques. Em 1989, o país chegou a tornar-se líder mundial nas exportações de tabaco, posição consolidada a partir de 1993 e correspondente à atualidade.

Na década de 1990, graças à estrutura oligopólica que havia se consolidado, houve grande crescimento nas exportações, expondo as economias de escala e os investimentos em pesquisa que propiciaram o desenvolvimento de todo o complexo. Perto dos anos 2000, outros fatores também eram apontados como responsáveis pelo sucesso do tabaco nas exportações do país. Além dos já citados Sistema Integrado de Cultivo e dos investimentos em pesquisa, que propiciaram além da alta qualidade do produto, também certo diferencial frente aos concorrentes internacionais, esses novos fatores seriam a desvalorização do câmbio em 1999, que segundo dados do SindiTabaco pode ter sido responsável por 30% da queda do preço do produto. A regularização dos estoques internacionais que estabeleceu o equilíbrio entre oferta e demanda do tabaco também pode ser apontada como fator contribuinte desses resultados. (SILVA, 2002).

---

<sup>2</sup> Sistema de produção baseado em contratos firmados entre empresas beneficiadoras e produtores de tabaco. Conforme Sinditabaco (2008), é um sistema de produção criado há mais de 90 anos e que conta com aproximadamente 186 mil famílias de agricultores, ou 800 mil pessoas envolvidas na produção do tabaco. Tal sistema tem em sua estrutura o repasse das técnicas de produção do tabaco, da indústria para os agricultores, por meio de orientadores agrícolas, com controle das variedades a serem plantadas, época de cultivo e tratamentos culturais, por exemplo. Sobre isso, ver Silva e Borges (2010), SindiTabaco (2008) e DESER-ACT (2009), entre outros.

### 3. Mercado internacional e participação do tabaco brasileiro no princípio do século XXI

Segundo dados da FAO, de 2000 a 2009 o Brasil produziu, em média, mais de 1,2 mil toneladas de tabaco em folha, atrás apenas da China, que produziu mais de quatro mil toneladas ao ano neste período. O Brasil, na média destes dez anos, consolida sua vantagem de produção em relação à Índia e aos Estados Unidos, países que outrora se colocaram segundo lugar nas exportações mundiais. A China, primeiro lugar em produção com uma grande margem de diferença para o segundo maior produtor, o Brasil, é, no entanto, o maior mercado consumidor de produtos de tabaco do mundo. Do um bilhão de fumantes de todo o mundo, 350 milhões, estão na China, sendo que metade de toda sua população masculina é fumante. Os russos vêm em segundo lugar em consumo, e a Ásia em sua totalidade corresponde por 58% do consumo mundial de produtos de tabaco (Fundação Mundial do Pulmão *apud* ESTADÃO, 2012). Países africanos como o Zimbábue, outrora entre as primeiras posições no ranking de produção e exportação, tiveram reveses na década de 2000, e vêm se recuperando recentemente.

Tabela 1 - PRODUÇÃO MUNDIAL DE TABACO EM FOLHAS (t)  
PRINCIPAIS PAÍSES - TOTAL PRODUZIDO POR PAÍS DE 2000 a 2009  
E MÉDIA DO PRODUTO ANUAL NO PERÍODO

N.ORDEM	PAÍS	PRODUÇÃO (TON)	MÉDIA ANUAL
1	CHINA	41.074.061,00	4.107.406,10
2	BRASIL	12.435.292,00	1.243.529,20
3	INDIA	8.252.424,00	825.242,40
4	EUA	6.056.979,00	605.697,90
5	INDONESIA	2.746.010,00	274.601,00
6	ARGENTINA	2.098.060,00	209.806,00
7	TURQUIA	1.959.673,00	195.967,30
8	ITÁLIA	1.893.005,00	189.300,50
9	MALAWI	1.867.845,00	186.784,50
10	ZIMBABUE	1.860.396,00	186.039,60

FONTE: FAO, 2011

A safra brasileira de 2002 foi considerada recorde pelo Sinditabaco (2010) tendo produzido mais de 670 milhões de toneladas de tabaco em folhas. Essa produção foi impulsionada pelo aumento da área plantada e incremento na produtividade por hectare. Estes mesmos elementos foram responsáveis pelo novo recorde de produção em 2004. O Brasil produziu nesse ano mais de 920 mil toneladas de tabaco em folha, resultado do qual a região

sul foi responsável por 852 mil toneladas, segundo dados do supracitado sindicato. Houve uma alta de 40% da produção em relação ao ano anterior. A série de safras revela essas altas significativas nos anos de 2002 e 2004, permeadas por pequenas quedas na variação percentual. Os anos seguintes mostraram certa estabilidade na produção, no entanto, a safra de 2010 teve queda de 9,52%, a maior na série.

Tabela 2 - PRODUÇÃO BRASILEIRA DE TABACO EM FOLHAS (2000 a 2010)

ANO	LUCROS (US\$ mil)	PRODUÇÃO (ton)	VARIAÇÃO PERCENTUAL
2000	921.335,00	578.451,00	-
2001	905.494,00	568.505,00	-1,72
2002	1.067.644,00	670.309,00	17,91
2003	1.045.171,00	656.200,00	-2,10
2004	1.467.383,00	921.281,00	40,40
2005	1.416.645,00	889.426,00	-3,46
2006	1.434.094,00	900.381,00	1,23
2007	1.447.311,00	908.679,00	0,92
2008	1.355.534,00	851.058,00	-6,34
2009	1.374.681,00	863.079,00	1,41
2010	1.243.856,00	780.942,00	-9,52

Fonte: FAO, 2011

Segundo o Anuário Brasileiro do Tabaco 2010, a piora dos resultados recentes podem ser explicados por fatores climáticos que atingiram a região sul do país, grande produtora. O fenômeno “El Niño” provocou chuvas demasiadas na fase de desenvolvimento da planta na safra 2009/10, diminuindo a produtividade e gerando perdas. A boa qualidade da folha se manteve, assim como o bom preço. A Depressão Central Gaúcha, no Vale do Itajaí e o litoral catarinense foram as regiões mais afetadas pela alteração climática. Em 2009 houve queda de produtividade por hectare no sul do país, comparada com a do ano anterior. Os números foram de 1,990kg por hectare em 2008/9 e 1,866 em 2009/10. A mesma publicação, em sua edição de 2011, relata os resultados da safra 2010/11, não tabelados ainda pela FAO. Os resultados foram bem distintos do ano anterior. A safra teve produtividade recorde de 2,233kg/ha, e ficou, no sul do Brasil, apenas atrás da safra de 2004, tendo produzido 832 mil toneladas de tabaco em folhas.

Para o ano de 2011, conforme interpretações baseadas em argumentos de representantes da indústria do fumo, o câmbio em relação ao dólar, no período de janeiro a junho ficou em torno de R\$ 1,60 e prejudicou a remuneração da produção, 22% menor do que

no ano anterior, pois as vendas externas são destino de 85% da produção. Um argumento relativo a tal taxa de câmbio, segundo o Anuário do Tabaco 2010, foi o de que esse seria resultado de uma “guerra cambial” encabeçada pelos Estados Unidos e seguida por outros países. Aliado a isso, o Rio Grande do Sul, que sofreu com a estiagem provocada pelo fenômeno climático “La Niña”, em novembro de 2010, foi o maior prejudicado. Para a Afubra (*apud* ANUÁRIO 2010), a alta produção e produtividade, aliada a menor qualidade da folha e à rigidez na compra- aumento da oferta internacional por parte dos concorrentes (Zimbábue e Tanzânia, principalmente) e queda na demanda- também foram responsáveis pelo resultado negativo. Para a adequação à conjuntura mercadológica, tal associação prevê redução de cerca de 10% da área plantada para a safra de 2011/12, em relação à safra anterior.

A posição brasileira no mercado de tabaco dá conta de que o produto aqui gerado é de alta qualidade. Além disso, os argumentos do Sinditabaco (2010) são de que sua produção é responsável por preservar o meio ambiente, incentivar o reflorestamento, ser responsável socialmente pelos agricultores integrados e ter o mais baixo nível de uso de agroquímicos dentre as culturas comerciais. Esses fatores conferiram a boa reputação do cultivo do país no mercado internacional, algo que tem mantido, conforme afirmação anterior, o País na liderança das exportações mundiais de tal folha. De toda forma, as saídas se beneficiaram da conjuntura internacional para apresentar os números da série abaixo. Por produzir fumos do tipo *flavour*, que dão gosto ao cigarro, diferentemente dos tipos *filler*, que apenas o preenchem, o Brasil compete principalmente com a produção do Zimbábue e dos Estados Unidos. Estes dois países tiveram sua produção reduzida na primeira década do século, e os importadores que antes se abasteciam em seus mercados procuraram o Brasil para satisfazer sua demanda interna. Dado que teve problemas de ordem política, o Zimbábue deixou de exportar cerca de 100 milhões de toneladas de tabaco em folhas em 2000 e 2001 (Anuário do Tabaco, 2003).

Os EUA, por sua vez, perderam em produção além de suas indústrias de cigarro, por causa de sua legislação rígida no que tange ao nível de alcaloides nos cigarros e mesmo por causa da forte campanha antitabagismo lá vigente. As indústrias estão migrando para outros países e não conseguem mais adquirir a totalidade de seu fumo dos Estados Unidos, passando a comprar, majoritariamente, do Brasil. Países que compravam tabaco eventualmente do Brasil, hoje consolidaram sua preferência. É o caso da China, Coréia do Sul e Turquia. Isso também é um fator importante na explicação dos números das exportações. O aparecimento da Bélgica como segundo principal importador do produto brasileiro também indica a importância das compras feitas pela Europa (SINDITABACO, 2012).

.....



De acordo com a tabela 3, a seguir, que expressa volumes e valores exportador, pode-se observar que as exportações tiveram altas nas safras de 2002 e 2004. O ano de 2007 também teve uma grande alta nas exportações, mas, segundo Iro Schünke, presidente do Sinditabaco, este desempenho excepcional foi resultado de uma situação atípica. Os estoques de 2006 estavam altos, e acabaram sendo exportados juntos com a safra 2006/07, o que resultou em um grande volume embarcado para o exterior (FARSUL, 2008).

Reforçando afirmação anteriormente apresentada, as oscilações cambiais influenciam muito nas exportações, e, embora a cultura brasileira do tabaco tenha tantos predicados, os compradores procuram além da qualidade, um bom preço. O Real, no entanto, tem estado muito valorizado em relação ao dólar, o que prejudica as exportações brasileiras, tanto do setor agrícola, quanto industrial. Segundo argumentos usuais de entidades representativas do setor (Afubra e Sinditabaco, principalmente), a indústria do tabaco é prejudicada também pela alta carga tributária exercida sobre ela no país. As quedas em exportação nos anos consecutivos podem ser explicadas pela crise econômica que o mundo e, em especial, a Europa vem atravessando. Em 2007, 45% do total comprado foi adquirido pela União Europeia e em 2008 o número caiu para 40%.

.....

Tabela 3 - EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE TABACO EM FOLHAS  
(2000 A 2009)

Ano	VALOR (US\$ mil)	PRODUÇÃO EXPORTADA (ton)	PREÇO/kg	VARIAÇÃO PERCENTUAL
2000	812.921,00	341.488,00	2,380526	-
2001	921.135,00	435.395,00	2,115631	27,50
2002	977.670,00	464.862,00	2,10314	6,77
2003	1.052.470,00	465.981,00	2,258611	0,24
2004	1.380.460,00	579.365,00	2,382712	24,33
2005	1.660.490,00	616.467,00	2,693559	6,40
2006	1.694.180,00	566.027,00	2,993108	-8,18
2007	2.194.080,00	694.325,00	3,160019	22,67
2008	2.683.200,00	677.877,00	3,95824	-2,37
2009	2.991.820,00	661.738,00	4,521155	-2,38

Fonte: FAO, 2011

.....

Os Anuários do Tabaco de 2010 e de 2011 fornecem dados de exportações que não foram incorporados pela FAO. Segundo a publicação, houve grande queda nos embarques de tabaco no ano de 2010, que, além da já referida questão cambial, foram prejudicados pelas barreiras protecionistas que a União Europeia tem imposto ao produto brasileiro. O produto africano, concorrente direto, não recebe o mesmo tratamento por ser advindo de países que foram colônias europeias, obtendo vantagens na entrada nesse mercado. Além disso, problemas de logística atrasaram o embarque do produto no porto de Rio Grande (RS) e exigiram renegociação com os clientes.

Em relação aos concorrentes do Brasil, no mercado mundial, a Assembleia da Associação dos Produtores Mundiais de Tabaco (ITGA) de 2010 revelou um novo contexto comercial para os produtores brasileiros. Os produtores africanos se recuperaram em relação à queda da safra nos anos anteriores e em 2010 tiveram um grande aumento em seus números. A Tanzânia aumentou 54% sua safra, enquanto o Zimbábue teve um crescimento de 108%. Referente ao plantio africano do fumo tipo *flavour* Virgínia, que concorre com o Brasil, o crescimento foi de 64,5%. Os países africanos também têm usado artifícios econômicos para desvalorizar suas moedas frente ao dólar, e isso, somado ao fato de não possuírem barreiras à entrada de seus produtos na Europa, tem prejudicado a venda do tabaco brasileiro, já que ele fica relativamente mais caro internacionalmente, mesmo que os custos internos de produção se mantenham estáveis. (Anuário do Tabaco, 2010).

Se os dados de 2010 não foram animadores, segundo avaliação da Afubra (2011), com exportação de 503 mil toneladas e o valor obtido de US\$2,7 bilhões, a expectativa para 2011, segundo Sinditabaco (2011), seria de redução entre 2 e 6% tanto no volume, quanto no valor negociado com o exterior. Ainda assim, a posição de liderança não seria comprometida. Contudo, o resultado foi de crescimento de 5,86%, somando US\$ 2,89 bilhões naquele ano. Entre as razões para o aumento da comercialização da matéria-prima está o elevado crescimento do consumo em países orientais. A região correspondeu, no passado, ao total de US\$ 832,8 milhões, ficando atrás apenas da União Europeia, que realizou negócios na casa dos US\$ 1,18 bilhão, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC, 2012).

4. Mudanças político-institucionais internacionais e potenciais transformações no sistema de produção do tabaco no Brasil.

.....

É sabido que o tabagismo é o maior causador de mortes evitáveis na sociedade<sup>3</sup>. Segundo dados de 2011 da Organização Mundial da Saúde (OMS), oito milhões de pessoas morrerão anualmente no mundo até 2030 se a dita “epidemia” continuar em sua atual evolução. Atualmente, no Brasil, morrem 200 mil pessoas por ano vitimadas pela causa. Estes dados englobam em sua maioria, fumantes ativos, mas também abrangem pessoas expostas à fumaça do tabaco, os chamados fumantes passivos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012).

A discussão em torno deste tema, mediada na Assembleia Mundial da Saúde pelo Brasil, envolveu 192 países e teve início em 1999, com uma posição mundial concluída em 2003, quando a OMS apresentou a versão final redigida da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco (CQCT). Até hoje, 172 países em todo o mundo já a assinaram, ratificando seu conteúdo. A CQCT estabelece que medidas sejam tomadas pelos governos dos países que a adotarem para que seja reduzida a demanda e a oferta de produtos de tabaco. Ao longo de seus Artigos, a Convenção discorre sobre o caráter dessas medidas. Para redução de demanda, políticas de preços e impostos seriam aplicadas, bem como medidas legislativas, executivas e administrativas igualmente importantes. Seria regulamentado o conteúdo dos produtos, as informações sobre eles divulgadas, suas embalagens, suas possibilidades de patrocínio, etc. A educação e conscientização da população seria outra frente para a frenagem da demanda. (INCA, 2010)

Ao que tange à redução da oferta dos produtos, alternativas economicamente viáveis seriam apresentadas aos cultivadores, trabalhadores e também a varejistas de pequeno porte. O comércio ilícito e o contrabando seriam outra faceta do combate. Além disso, a população não fumante seria protegida dos malefícios destes produtos, com a proibição do consumo de cigarros em locais fechados. Atualmente, discute-se o fumo em locais abertos com aglomeração de mais de cinco pessoas. A CQCT cita a cooperação técnica e científica, inclusive internacionalmente, como meio de atingir seus objetivos. Fala também sobre responsabilidades, recursos e de proteção ambiental. É, portanto, composta por iniciativas intersetoriais e abrangentes, com o objetivo principal à preservação das gerações presentes e futuras das consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas do consumo e da exposição à fumaça do tabaco, como diz seu terceiro artigo (OMS, 2003).

Discute-se, entretanto, se estes objetivos propostos seriam realmente alcançados no médio e longo prazo. A CQCT, vista como uma mudança no ambiente institucional balizaria as

---

<sup>3</sup> Dados e indicações de pesquisas sobre o tema podem ser encontrados em sítios como da Organização Mundial da Saúde (OMS - <http://www.who.int>) e do Instituto Nacional do Câncer (INCA - <http://www.inca.gov.br>), por exemplo.

organizações que compõem o mercado de acordo com suas novas regras? Apesar o tabaco ser cultivado em minifúndios, o setor é oligopolizado, com poucos *players* de capital internacional. Certamente, eles não cooperariam, e de fato não cooperam, com a mudança proposta, fazendo o possível para defender-se dela. Sendo os produtos de tabaco polemizados há muitos anos, os empresários do ramo tornam-se cada vez mais articulados, no sentido de promover estratégias de defender a indústria. Como é uma Convenção de caráter internacional, uma das estratégias da indústria tem sido deslocar a produção e as indústrias para países que ainda não reforçaram sua legislação antitabagista, já que de acordo com um estudo da Food and Agriculture Organization (FAO), a demanda pelos produtos tem caído em países desenvolvidos, enquanto cresce, junto com a oferta em países de renda mais baixa. Foi o que ocorreu com os Estados Unidos, entre as décadas de 1990 e de 2000, e que ainda hoje assiste à migração de suas indústrias para outros países, em função de um aperto em sua legislação (INCA, 2010).

Defender elos de todo o processo também faz parte da estratégia empresarial. O Sistema Integrado de plantio (ou, SIPT, conforme menção anterior) se insere neste objetivo, abraçando o produtor em um amplo sentido ao oferecer educação para melhorias técnicas no plantio, insumos, crédito, garantia de compra da safra a determinado preço, etc. Graças à entrada de capital internacional e ao desenvolvimento deste Sistema, nasceu no sul do país o maior complexo fumageiro mundial, que envolve milhares de empregos e gera renda para centenas de municípios. O tabaco participa com 6,3% das exportações da região (MDIC, 2012). Não interessa, portanto, aos integrantes do complexo, e muito menos aos que mais lucram com ele, que se desfaça. Há também instituições informais, como por exemplo, códigos comportamentais e convenções, que também devem ser mudados para a fixação da instituição vindoura. A ideia de que não há culturas com maior rentabilidade que a produção de fumo, de que o sistema de integração com as fumageiras é a melhor opção para os produtores ou que os produtores ficarão sem trabalho com a entrada em vigor da CQCT fazem parte das instituições informais vigentes no meio. (SOUZA, 2009).

Muitos países, influenciados pelos números absolutos do tabaco e pelo *lobby* das fumageiras, custaram a tomar atitudes em relação à cultura do tabaco, em um sentido amplo, alegando que o cultivo trazia benefícios econômicos para seus países, como receita, renda e empregos. Olhados isoladamente, os dados para o sul do Brasil confirmam a especulação.

Dados do Anuário Brasileiro do Tabaco de 2004 já expressavam a preocupação dos produtores com a possível queda da produção a partir da ratificação pelo Brasil da CQCT, assim como sua contrariedade ao consenso mundial. De acordo com argumento do

Sinditabaco registrado naquela publicação, se havia demanda mundial pelo produto, o Brasil deveria beneficiar-se com a produção. Esse assunto entrou em discussão logo após uma safra recorde do produto, que em 2004 foi de 921 toneladas, o que sensibilizou mais ainda o complexo fumageiro. Em 2005, no entanto, o país assinou a Convenção, comprometendo-se a tomar medidas de restrição tanto da oferta quanto da demanda de tabaco. No entanto, após dois anos de discussões sobre o assunto, compreendeu-se que a CQCT seria uma oportunidade, e não uma ameaça aos fumicultores (MDA, 2007).

Mas, já em 1º de agosto de 2003, foi criada por Decreto Presidencial, a Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e de seus Protocolos (CONICQ). A CONICQ é uma Comissão Interministerial onde estão representados os Ministérios da Saúde; das Relações Exteriores; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Desenvolvimento Agrário; da Fazenda; da Justiça; do Trabalho e Emprego; da Educação; do Meio Ambiente; das Comunicações; da Ciência e Tecnologia; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; bem como o Ministério de Planejamento; a Casa Civil; a Secretaria Nacional Anti-Drogas; e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Cabe ao Ministro da Saúde a Presidência dessa Comissão e ao Instituto Nacional de Câncer a Secretaria Executiva da mesma. Dentre as competências da CONICQ, estão a assessoria ao governo brasileiro nas decisões relativas às negociações da Convenção e seus protocolos, e a articulação de uma agenda governamental intersetorial para o cumprimento das obrigações previstas na mesma. Em 2006, foi elaborada pela Comissão a *Agenda de Estado para o cumprimento da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco* que mapeou as atividades no texto da CQCT que caberia cada ministério envolvido realizar. Encarar os desafios da CQCT com uma ampla frente Ministerial integrada tem sido fundamental para o cumprimento da mesma, visto que a posição de maior exportador mundial de produtos de tabaco dificulta por si só o comprometimento com a mesma. (INCA, 2010)

Em 2005, o governo deu outro passo em direção ao cumprimento das medidas da CQCT, lançando o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco. A ideia é apoiar e potencializar as ações de migração de cultura que propiciam o desenvolvimento sustentável das regiões que as adotam. Segundo o relatório produzido pelo MDA, em 2007, essa seria uma difícil tarefa, em função de envolver, entre outros aspectos, questões de ordem produtiva, preço, geografia, infra-estrutura, comercialização e desenvolvimento de pesquisas.

Em fevereiro de 2006, o Brasil participou da primeira sessão da Conferência das Partes da Convenção (COP1). Nela, estabeleceu que fosse tomada como prioridade a medida

convencionada no Artigo 17 da CQCT, referente à implementação de alternativas ao plantio de tabaco para os agricultores, que já estavam em desenvolvimento no país. (OMS, 2012)

A queda da produção brasileira nos últimos anos pode ter sido motivada, além dos fatores climáticos na seção precedente descritos, justamente pelo fato de que muitos produtores têm aderido a programas de reconversão de fumo. O estudo do MDA (2007) apresenta três estudos de caso da substituição de cultura fumageira. São os municípios de Santa Cruz do Sul, no Vale do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, de Schoeder e Santa Rosa de Lima, em Santa Catarina. A abrangência das ações é mais forte nos últimos, uma vez que Santa Cruz do Sul está inserido no centro de um dos elos da indústria fumageira. A maioria dos municípios do Vale do Rio Pardo depende substancialmente das receitas geradas pelo fumo. Além disso, é possível também observar que a redução da produção brasileira pode se dar por questões de mercado internacional. Mesmo com um resultado positivo para as exportações do ano de 2011, há um acirramento da concorrência, ao se verificar novo ciclo de crescimento do produto rival do Brasil no Zimbábue e no Malawi, por exemplo.

Segundo estudo realizado pelo Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (DESER), e citado por Bonato (2006), a partir do projeto “Rede de Agricultores Gestores de Referências”, durante os anos 2004 a 2005, que mapeou 346 famílias de fumicultores da região Centro-Sul do Paraná, Alto Vale do Itajaí e Planalto Serrano de Santa Catarina, uma das limitações dos agricultores é o tamanho da terra na qual trabalham. Em cerca de 30% dos casos, a terra, além de pequena - menos de 15 hectares por família - é arrendada. O fumo corresponde por 65% do valor bruto produzido pelo cultivo das famílias, pois apresenta produtividade maior em relação a outros cultivos, além de ter a certeza de compra a certo preço pela indústria. Os produtores de fumo de estufa obtêm mais de 75% de seu valor bruto de produção do cultivo. De maneira geral, o fumo adéqua-se à realidade dos produtores, no que diz respeito à quantidade de terra disponível, e gera uma renda relativamente estável, com perspectiva de melhoras para o ano seguinte. O alto investimento exigido na entrada do mercado dificulta sua saída, além de que o conhecimento técnico adquirido para a fumiicultura também não se aplica a outros cultivos. Ademais, o peso político do tabaco nos contextos regionais é um impasse à aplicação de tais programas.

A estabilidade e a capacidade de geração de renda, condições de reprodução, saúde e bem estar da família são fatores que devem ser levados em consideração para a adoção de estratégias de migração de cultivo. 79 famílias que deixaram a produção do tabaco apontaram problemas de preço do fumo, problemas de saúde provocados pelo uso de agrotóxicos ou não e falta de mão de obra como os principais fatores que os levaram a abandonar o cultivo.



O Governo do Estado do Rio Grande do Sul criou, no decorrer da década de 1990, um programa de apoio ao cultivo de fumo, o PROINC/RS, apoiado no FUNDOPEM (Fundo de Operação da Empresa). O programa concedeu diversos benefícios fiscais às indústrias fumageiras. A Souza Cruz, por exemplo, obteve isenções de cerca de US\$ 900 milhões para construir, no Vale do Rio Pardo, o maior complexo fumageiro em âmbito mundial e ainda de uma fábrica de cigarros no município de Cachoeirinha. Até 2001, o Governo Federal alocou recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o principal programa de apoio à agricultura familiar do País, para fomentar a produção de fumo no sul do Brasil. A partir de então, proibiu-se o uso do programa para tal atividade, no entanto, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) supriu esta demanda, financiando os fumicultores no sul do Brasil. As iniciativas de substituição de cultivo no Vale do Rio Pardo, e no caso estudado, em Santa Cruz do Sul, devem, portanto, ser analisadas tendo em vista os fatos anteriormente citados (ANTIDROGAS, 2012).

#### 5. Iniciais mudanças nas áreas de produção do tabaco no sul do Brasil<sup>4</sup>

Nesta seção, citam-se dois casos de inicial processo de substituição da produção de tabaco por outras atividades produtivas. O mais notório caso de vinculação econômica ao tabaco, no sul do Brasil, é o da Região do Vale do Rio Pardo, onde está situado o já abordado maior polo de produção do mundo, no município de Santa Cruz do Sul - RS.

Apesar da alta dependência da renda do tabaco, é consenso entre os fumicultores da região que o modelo agroexportador no qual a cultura se insere não é gerador de desenvolvimento autossustentável. Ela, junto com a renda, traz malefícios de diversa sorte aos municípios. Entre eles podem ser citados impactos na saúde dos agricultores e no meio ambiente, bem como impactos sociais e econômicos. A falta de vínculo da indústria com os fumicultores exemplifica os últimos, uma vez que a maior parte dos insumos necessários ao cultivo é fornecida pela indústria, obtidos de fornecedores mundiais. Poucos recursos necessários à cultura são adquiridos na região. As várias modalidades de comércio do produto também são coordenadas pelas transacionais e este forte controle exercido pela indústria sobre os elos da produção escoa a maior parte dos lucros da cultura para fora do alcance dos produtores.



<sup>4</sup> Uma apresentação abrangente de ações governamentais para a diversificação pode ser vista em "Ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário para a diversificação da produção e renda em áreas cultivadas com tabaco no Brasil " (2010).

A busca de alternativas ao cultivo trouxe à tona a Agroecologia, ciência que estabelece as bases para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis e de estratégias de desenvolvimento rural sustentável e que tem sido implantada em propriedades da região. Fertilização orgânica, policultura e substituição de ciclos químicos por ciclos biológicos são características da modalidade. A diversidade de cultivo evita as doenças específicas de cultivo que aparecem em monoculturas. Tais esforços além de envolver ONGs locais, abrangem outras instituições, como governos municipais e também a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (EMATER/RS). O Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) é a principal organização de apoio ao produtor agroecológico. Essa cultura engloba mais de 40 produtos, de maioria hortigranjeira e é vendida em feiras, supermercados locais e para restaurantes da região. Embora muito menos rentável, essa alternativa de substituição tem mostrado-se uma opção viável em relação à fumicultura. Há ainda projetos que abrangem outros tipos de opção na região, como por exemplo, a piscicultura.

O caso do Rio Grande do Sul é mais complicado pois são regiões do estado que dependem da cultura do tabaco. Em Santa Catarina, apesar da produção ser significativa, as cidades possuem outras características. O município de Schroeder teve sua renda agrícola dependente do tabaco em no máximo 3%, no ano de 1998. A banana é o principal cultivo da região, correspondendo a cerca de 60% da produção. A substituição de cultivo foi, portanto, encabeçada pela associação dos bananicultores (ABS). Além disso, o município é majoritariamente industrial, o que reduz mais ainda os impactos de uma possível redução de demanda pelo tabaco. Santa Rosa de Lima, outro município catarinense produtor de tabaco, povoado majoritariamente por colonos alemães, tinha na banha do porco sua maior fonte de renda até 1960. As propriedades coloniais eram policultoras e criavam vacas, além do “porco banha”. Com o advento da "revolução verde", a possibilidade de plantação de tabaco foi introduzida, juntamente com o cultivo de soja. Apesar de ser uma atividade nociva aos agricultores e à sua família, a possibilidade de renda proporcionada pelo tabaco era muito sedutora.

Durante as décadas de 1970 e 1980 a fumicultura se instalou na região, e mais tarde o Sistema Integrado também tornou-se presente. No entanto, na década de 1990, o fumo entrou em crise na região. Ela foi desencadeada pelo aumento nas taxas de juros e no custo do financiamento bancário, aumento do custo dos insumos, estagnação do preço do produto e pela adoção, por parte dos compradores, de critérios mais seletivos em relação à qualidade do produto. A partir de então alternativas foram buscadas à fumicultura, e a atividade leiteira



constituiu-se como opção com a instalação de uma indústria de laticínios na região. O cultivo de alimentos orgânicos mostrou-se também uma alternativa viável. A Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO) teve papel importante nessa transição. Desde sua fundação, em meados da década de 1990, tem desempenhado um papel chave em busca do sucesso da diversificação. Estudiosos da agroecologia acreditam a agricultura familiar possa ser o lócus de um novo tipo de desenvolvimento para as regiões.

É importante notar, a partir da análise das situações supracitadas, que tanto para que o cultivo de tabaco se instalasse nas regiões, tanto quanto para que ele as deixasse, foi necessária ajuda de diversas instituições trabalhando intensivamente em seus objetivos, e de apoio governamental. Na realidade, a associação com governos locais constitui um fator crítico para as iniciativas. Se não fosse o massivo apoio fiscal do Governo gaúcho, teriam as multinacionais fumageiras lá se instalado? As instituições além de identificarem novos canais de mercado e oportunidades para a agregação de valor aos produtos, também trabalham na capacitação dos agricultores para as novas atividades e incentivando o processamento e comercialização dos produtos.

## 6. Considerações Finais

O estudo feito pelo Banco Mundial “Economic Analysis of Tobacco Demand” (s.d.), mostra que a análise da demanda mundial pelo tabaco deve ser focada na venda de varejo, uma vez que é impulsionada pelo consumo individual. Da mesma forma que a análise, as políticas públicas de controle do produto, com objetivos de saúde, ou econômicos, devem ser direcionadas para o público, ou seja, feitas pelo lado da demanda. Outro estudo interessante na conclusão desta discussão é “Supply-side effects of Tobacco-control policies”. Segundo suas conclusões, o efeito de políticas drásticas de redução de oferta e de demanda do tabaco terá baixo impacto nas receitas, empregos e balança comercial dos países no médio e longo prazo, graças à realocação de fatores dentro destas economias. Com certeza o impacto dessas políticas dependerá do quanto o país depende das receitas do tabaco, bem como de seu estágio de desenvolvimento. Quanto mais diversificada for a economia do país exportador, menos sofrerá no intermédio da realocação. As perdas se concentrarão nos setores envolvidos com a produção, no entanto, dada a lentidão da queda da demanda em função das mudanças implementadas, os custos de transição poderão ser reduzidos. No caso de a tendência da demanda mundial por tabaco permanecer estável, políticas de redução de oferta por si só, como a diversificação das safras, vistas anteriormente, não surtirão este efeito, contribuindo apenas para o amortecimento dos custos sociais e econômicos de transição de agricultores que

optarem pela diversificação da produção. Redução de subsídios, crédito, queda do preço mundial do produto terão o mesmo efeito.

Portanto, as políticas de redução de oferta não são capazes de reduzir a demanda por produtos de tabaco, sendo esta dependente de mudanças institucionais formais e informais, como comportamento dos indivíduos consumidores. Tendo isso em vista, entendem-se as ambições da CQCT no tangente à educação e conscientização da população para os efeitos nocivos do tabaco, bem como restrição de patrocínios e de propaganda dos produtos derivados do mesmo.

Há indícios de que a demanda mundial pelo tabaco esteja caindo, apesar de todos os interesses industriais envolvidos. Existe hoje, vinda majoritariamente em países desenvolvidos, a consciência, pressão e apelo da sociedade para que esta realidade seja mudada. Não é possível afirmar se esta queda tenderá a níveis irrisórios, ou se se estabilizará em certo nível abaixo do que existe hoje. Conclui-se então que o Brasil, e a região sul, especificamente, serão afetados por uma queda na demanda mundial por produtos de tabaco. Existirão custos econômicos e sociais decorrentes deste fato, que no entanto, tenderão a ser amortecidos pela realocação de fatores na economia e pelas políticas sociais que têm sido, e continuarão sendo aplicadas na região advindas de uma mudança institucional.

É importante notar, a partir da análise das situações supracitadas, que tanto para que o cultivo de tabaco se instalasse nas regiões, tanto quanto para que ele as deixasse, foi necessária ajuda de diversas instituições trabalhando intensivamente em seus objetivos, e de apoio governamental. Na realidade, a associação com governos locais constitui um fator crítico para as iniciativas. Se não fosse o massivo apoio fiscal do Governo gaúcho, teriam as multinacionais fumageiras lá se instalado? As instituições além de identificarem novos canais de mercado e oportunidades para a agregação de valor aos produtos, também trabalham na capacitação dos agricultores para as novas atividades e incentivando o processamento e comercialização dos produtos.

## 7. Referências

AFUBRA - Associação dos fumicultores do Brasil. **Afubra Blog**. 03 de março de 2011.

Disponível em <http://www.afubra.com.br/blog/paged=65>. Acesso em 30 de março de 2012.

ANTIDROGAS. **OMS** - Substituição do fumo no Sul do Brasil é viável, mostra estudo.

Disponível em [http://www.antidrogas.com.br/mostranoticia.php?c=2849&msg=OMS%20-](http://www.antidrogas.com.br/mostranoticia.php?c=2849&msg=OMS%20-%20Substitui%E7%E3o%20do%20fumo%20no%20Sul%20do%20Brasil%20%E9%20vi%E)

[1vel,%20mostra%20estudo](http://www.antidrogas.com.br/mostranoticia.php?c=2849&msg=OMS%20-%20Substitui%E7%E3o%20do%20fumo%20no%20Sul%20do%20Brasil%20%E9%20vi%E1vel,%20mostra%20estudo). Acesso em 03 de abril de 2012.



ANUÁRIO Brasileiro do Tabaco 2011. Santa Cruz do Sul: Gazeta Grupo de Comunicações, 2011.

\_\_\_\_\_. Santa Cruz do Sul: Gazeta Grupo de Comunicações, 2010.

\_\_\_\_\_. Santa Cruz do Sul: Gazeta Grupo de Comunicações, 2003.

BONATO, Amadeu. **A fumicultura no Brasil e a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco**. Curitiba, DESER, 2006.

DESER-ACT - Departamento de Estudos Sócio-Econômico Rurais - Aliança de Controle do Tabagismo. **Cadeia Produtiva do Tabaco**. Boletim Especial DESER-ACT, Dez./2009. 6p. Disponível em [http://www.deser.org.br/publicacoes/Boletim\\_Especial\\_DESER\\_email.pdf](http://www.deser.org.br/publicacoes/Boletim_Especial_DESER_email.pdf). Acesso em 15 de março de 2012.

FARSUL - Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul. Plantio de fumo termina mais cedo. **Sul Rural**. Farsul, 2008. Disponível em <http://www.sulrural.com.br/pdf/2008-10-06.pdf>. p.6. Acesso em 12 de março de 2012.

ESTADÃO. **China precisa controlar o consumo de tabaco, diz OMS**. Disponível em <http://www.parceirodasaude.com.br/?p=13289>. Acesso em 20 de março de 2012.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

INCA - Instituto Nacional do Câncer. Política Nacional de Controle do Tabaco (PNCT) **Relatório de Gestão e Progresso**. Brasília: INCA, 2010. Disponível em <http://www.inca.gov.br/wps/wcm/connect/b973ca8047aef7d484f4e795cf639ea3/Relat%C3%B3rio+Gest%C3%A3o+CONICQ+-+vers%C3%A3o+%C3%ADntegra.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=b973ca8047aef7d484f4e795cf639ea3>. Acesso em 03 de abril de 2012.

JACOBS, Rowena; GALE, H. Frederick; CAPEHART, Thomas; ZHANG, Ping; JHA, Prabhat. **The supply-side effects of tobacco-control policies**. BANCO MUNDIAL, s.d. 34p.

MDA/SAF - Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil, Secretaria da Agricultura Familiar. **Ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário para a diversificação da produção e renda em áreas cultivadas com tabaco no Brasil**. Brasília, MDA, 2010.

\_\_\_\_\_. **O Cultivo do Tabaco, Agricultura Familiar e Estratégias de Diversificação no Brasil**. Brasília/DF, junho 2007.

MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Brasil. **Exportações de Commodities**. Brasil, MDIC, 2012. Disponível em

<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1955&refr=608>. Acesso em 09 de abril de 2012.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Ações de combate ao fumo são intensificadas**. Brasília, Ministério da Saúde, 2012. Disponível em

[http://portal.saude.gov.br/saude/visualizar\\_texto.cfm?idtxt=18026](http://portal.saude.gov.br/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=18026). Acesso em 03 de abril de 2012.

OMS - Organização Mundial da Saúde. **Conferência das Partes da Convenção-Quadro da OMS para o controle do tabaco 2006**. Disponível em

<http://apps.who.int/gb/fctc/S/index.html>. Acesso em 08 de abril de 2012.

\_\_\_\_\_. **Convenção-Quadro para o controle do Tabaco: Preâmbulo**. Genebra: OMS, 2003.

SILVA, Leonardo Xavier. **Análise do complexo agroindustrial fumageiro sul-brasileiro sob o enfoque da economia dos custos de transação**. Porto Alegre: UFRGS, 2002. (tese de doutorado em Economia).

SILVA, Leonardo Xavier da; BORGES, Renata de Lacerda Antunes. **Interpretações e análise das relações contratuais e da interdependência na cadeia agroindustrial do Tabaco sul-brasileiro. Encontro de Economia Gaúcha, 5. Anais...** Porto Alegre: PUCRS/FEE, 2010.

SINDITABACO - Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco. **Tabaco no sul do Brasil: uma cultura sustentável**. Santa Cruz do Sul: Sinditabaco, 2012.

\_\_\_\_\_. **SindiTabaco anuncia números da safra 2010/2011 e tendências do setor**. Santa Cruz do Sul, Sinditabaco. 21 de setembro de 2011. Disponível em

<http://sindifumo.com.br/?link=imprensa.pauta&id=1355>. Acesso em 10 de abril de 2012.

\_\_\_\_\_. **Tabaco no sul do Brasil: uma cultura sustentável**. Santa Cruz do Sul: Sinditabaco, 2010.

\_\_\_\_\_. **Sindicato apresenta nova marca e anuncia eventos**. Santa Cruz do Sul:

SindiTabaco, 2008. Disponível em

[http://tensite.com.br/sites/sindifumo/index.php?option=com\\_content&task=view&id=2098&Itemid=764&lid=1](http://tensite.com.br/sites/sindifumo/index.php?option=com_content&task=view&id=2098&Itemid=764&lid=1). Acesso em 30 de março de 2012.

SOUZA, Raquel Pereira. **Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco: reflexões sobre o futuro da fumicultura brasileira. Congresso da SOBER, 47. Anais...** Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER. 2009.

WILKINS, Nick; YUREKLI, Ayda; HU, Teh-wei. **Economic Analysis of Tobacco Demand**. BANCO MUNDIAL, s.d. 105p.

.....